D. João VI
e o seu tempo

D. João VI
e o seu tempo

EXPOSIÇÃO

Palácio Nacional da Ajuda
Galeria de Pintura do Rei D. Luís

Maio–Julho 1999

Comissão Nacional
para as Comemorações
dos Descobrimentos
Portugueses

Exposição

REALIZAÇÃO
Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses

PRODUÇÃO
Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses
Instituto Português do Património Arquitectónico

COORDENAÇÃO
Ana Maria Rodrigues

COMISSÁRIO CIENTÍFICO (PROGRAMA E SELECÇÃO)
José-Augusto França

COMISSÁRIO TÉCNICO, CONCEPÇÃO PLÁSTICA E REALIZAÇÃO
António Viana

COMISSÁRIOS EXECUTIVOS
Maria do Carmo Telles de Freitas
Pedro Moreira

ASSISTENTE DE REALIZAÇÃO
Daniel Carvalho

SECRETARIADO EXECUTIVO
Alexandra Alves
Mercedes Colaço
Sandra Cruz

CONSULTORES CIENTÍFICOS
Alexandre Pais
António Miguel Trigueiros
Fernando Dias Agudo
Maria da Graça Lima
Isabel Silveira Godinho
João José Alves Dias
Lídia Salgueiro
Leonor d'Orey
Madalena Braz Teixeira
Manuel Carlos de Brito
Paulo Henriques
Rafael Salinas Calado

PROJECTO DE LUMINOTECNIA
Vítor Vajão

COORDENAÇÃO AUDIOVISUAL
Jorge Murteira
Camilo de Azevedo

EQUIPA TÉCNICA DE MONTAGEM
Fernando Rui Branco
Luís Campos
Maria do Carmo Telles de Freitas
Maria da Trindade Mexia Alves
Miguel Loureiro
Pedro Moreira
Rui Patarrana
Sandra Cruz

DESIGN DE COMUNICAÇÃO
2 & 3 D

LETTERING
De Metro a Metro, Construções de Ideias, Lda

AMPLIAÇÕES FOTOGRÁFICAS
Francisco Antunes
Pedro Acácio dos Santos Soares

CONSTRUÇÃO E MONTAGEM
Construções António Martins Sampaio

SEGUROS
Ocidental Seguros
GRUPO BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

EMBALAGEM E TRANSPORTES
FeirExpo

RESTAUROS
Arterestauro, Pintura e Escultura, Lda
Atelier de Conservação e Restauro de Pintura de Setúbal – Maria José Mendes Francisco
Atelier da Junqueira 220
Atelier de Restauro do Jardim das Amoreiras
Maria Teresa Soromenho Marreiros
OCRE – Oficina de Conservação e Restauro
Raúl Adalberto Ferreira Leite
Santorestauro, Pintura e Escultura, Lda

Catálogo

PRODUÇÃO
Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses

COORDENAÇÃO
Ana Maria Rodrigues

ORIENTAÇÃO GERAL
José-Augusto França

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Maria do Carmo Telles de Freitas
Pedro Moreira

TEXTOS INTRODUTÓRIOS
António Miguel Trigueiros
A. H. de Oliveira Marques
Fernando Dias Agudo
José Esteves Pereira
José-Augusto França
Luiz Francisco Rebello
Manuel Carlos de Brito
Maria Helena Carvalho dos Santos
Ofélia Paiva Monteiro
Raquel Henriques da Silva

TEXTOS SECTORIAIS
Alexandre Pais
Anísio Franco
António Miguel Trigueiros
Isabel Silveira Godinho
João José Alves Dias
Leonor d'Orey
Madalena Braz Teixeira
Rafael Salinas Calado

SECRETARIADO EXECUTIVO
Sandra Cruz

GABINETE DE ACÇÕES CULTURAIS E DIVULGAÇÃO
Ana Soromenho
Cecília Cameira
Elvira Marques
Joana Martins
Conceição Amaral
Jorge Murteira
Margarida Moreira
Miguel Loureiro
Susana Oliveira

SERVIÇO DE APOIO
Alexandra Alves
Maria João Rivotti
Fátima Lagarto
Mercedes Colaço
Teresa Roupa

DESIGN GRÁFICO
TVMdesigners

REVISÃO
Pedro Alçada Baptista

CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS
Nuno Fevereiro e Filipe Condado (assistente)
Laura Castro Caldas e Paulo Cintra
António Rafael
Arquivo Nacional de Fotografia
Biblioteca Nacional – Laura Guerreiro e Manuel Alves
Fotografia Real, Lda
Fundação da Casa de Bragança
Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva
Henrique Ruas
Pedro Acácio dos Santos Soares
PH3 – Manuel Silveira Ramos
Sociedade Martins Sarmento

PRÉ-IMPRESSÃO
Policor

IMPRESSÃO
Gráfica Maiadouro

ISBN N.º 972-8325-84-3
DEP. LEGAL 136586/99

CATALOGAÇÃO DA FONTE
PORTUGAL. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
D. João VI e o seu tempo / Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. – Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.
– 416 p: il; 31cm. – ISBN 972-8325-84-3

A Emblemática

António Miguel Trigueiros

Durante a regência e reinado de D. João VI, Portugal conheceu mais inovações na simbologia e na emblemática nacionais – insígnias e cores das suas fitas e laços – do que em qualquer outro período da nossa história.

Foi um período fértil em mudanças, sem dúvida impostas pela guerra na Península, pela retirada da Corte para o Brasil, pela revolução de 1820 e contra-revolução de 1823, pela própria independência do Brasil.

Criaram-se, pela primeira vez, cruzes e medalhas de condecoração para as forças armadas de terra e do mar, medalhas de distinção militar e civil (outra inovação), surgiram novas insígnias de Ordens militares e honoríficas com tipologia nunca antes vista.

Se a tudo isso somarmos as tradicionais insígnias das antigas Ordens Militares portuguesas, de Cristo, de São Bento de Avis e de Sant'Iago da Espada, o Portugal do 1.º quartel de Oitocentos poderia parecer ser um país de medalhados, de pessoas ansiosas e orgulhosas de ostentar ao peito uma medalha, uma cruz, um retrato real...

Mas a realidade das estatísticas revela que, com uma única excepção (a medalha dita da Vilafrancada), nada disso terá acontecido, pelo menos até ao início do reinado de D. Miguel, quando, aí sim, dezenas de milhares de portugueses faziam questão de mostrar em público a sua devoção à causa realista, usando pequenas insígnias que hoje são conhecidas pelo nome de Reais Efígies.

No meio de toda essa convulsão e inovação emblemática – era Portugal que se abria à modernidade da simbologia militar e comemorativa, fruto da guerra com os franceses e dos hábitos ingleses – os portugueses continuavam a usar no seu normal quotidiano outros objectos, também eles carregados de retratos e de símbolos pátrios, as moedas.

Curiosamente, a moeda de ouro, que desde D. João V passou a ser cunhada com a efígie do soberano e por isso servia de veículo de divulgação da real parecença, não sofreu qualquer mudança de monta durante vinte e três anos, sempre mostrou o mesmo retrato de

D. João, regente, primeiro e, depois, rei. Sempre o mesmo retrato, aquele que bem podemos chamar de «o retrato esquecido de Domingos Sequeira», do nome do seu autor e que merece uma referência especial nesta exposição, em complemento aos registos já publicados da obra desse grande artista português.

Tendo as primeiras provas das moedas de ouro do Príncipe Regente (peças ditas "de Jarra") sido aprovadas a 5 de Novembro de 1802, e sabendo-se que as gravuras dos punções de retrato, pacientemente abertas a buril no aço macio, depois endurecidas e transpostas para as matrizes e para os cunhos de serviço, demoravam sempre muitos meses a concluir, a retocar e a experimentar (há vários ensaios desse trabalho no Museu Numismático Português, em estanho e cobre), tudo indica que o desenho original de Sequeira foi encomendado, aprovado e entregue na Moeda logo após a sua nomeação como primeiro pintor de corte (28 de Julho), talvez tenha sido mesmo este retrato a sua primeira comissão nessa qualidade.

Na primeira metade do ano de 1802, Portugal estava ainda no rescaldo doloroso de dois acontecimentos marcantes para a época: uma curta mas desastrosa guerra com a Espanha, em Maio de 1801 – a épica "Guerra das Laranjas" que nos fez perder Olivença – e a morte do primogénito de D. João, o príncipe da Beira D. António, em Julho. Nada havia de glorioso a celebrar, nada havia de "imperial" a comparar nesses meses conturbados, nesses anos que antecederam a mudança dos tempos.

Com uma formação artística marcada pela sua prolongada estada em Roma (de 1788 a 1795), Domingos Sequeira tem sido descrito como «um romântico *avant la lettre*», um «visionário místico»: nada melhor que este retrato numismático do Príncipe Regente para o confirmar.

Fruto de uma visão interior, indo mais além do que a realidade permitia vislumbrar, Sequeira esboça uma figura imperial antes do império, um soberano trajando à maneira dos imperadores romanos, cujas moedas desde os tempos de Trajano assim os mostravam: *busto à direita, laureado e drapejado, com paludamento preso sobre o ombro direito e um grande laço pendente da nuca.*

Divulgada e popularizada pelo curso normal das moedas, quais mensageiras de uma boa nova que tardava em vir, a visão de Domingos Sequeira concretizou-se: D. João VI, o bom rei D. João, foi o único rei-imperador que Portugal teve e o primeiro e verdadeiro imperador do Brasil, onde ainda hoje continua a ser, na lembrança dos povos.

E foi tal a boa aceitação desta real efígie, que não só não mais sofreu qualquer modificação, como também foi enviada logo em 1805 para a Casa da Moeda do Rio de Janeiro, serviu

em 1811 para ornamentar uma bela mas pesada moeda de bronze, o pataco (de 40 réis, muito popular, mas também muito incómoda), foi utilizada como modelo para o distintivo da nova Ordem da Torre e Espada (criada no Rio em 1808, mas fabricada segundo os padrões do Arsenal Real de Lisboa), para a medalha dita da Poeira, mas cujo verdadeiro nome é da Fidelidade ao Rei e à Pátria (cunhada em 1823, 1824 e 1825 na Casa da Moeda de Lisboa), para a medalha de distinção da Divisão Realista do 1.º Marquês de Chaves, conhecida por Heróica Fidelidade Transmontana (também cunhada em Lisboa, em 1823 e 1824) e, finalmente, para uma das mais carismáticas e raras insígnias emblemáticas de D. João VI, a sua jóia de "retrato cercado de diamantes e âncoras" (o busto real foi cunhado na Casa da Moeda e depois montado na insígnia pelo ourives António Gomes da Silva), distribuída aos oficiais e guardas-marinhas das naus inglesas *Windsor Castle* e *Lively*, e da corveta francesa *Zébre*, surtas no Tejo em Maio de 1824, aquando da intentona do infante D. Miguel (Abrilada) e do refúgio marítimo do rei.

É caso para se dizer que toda a memória emblemática de D. João VI se deve a um retrato de génio, a uma visão romântica de Domingos Sequeira.

Com a criação de três novas Ordens, a das Damas de Santa Isabel em 1804 (certamente influenciada pela Ordem das Damas de Maria Luísa, de 1792), a Militar da Torre e Espada, em 1808, e a Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, em 1818, D. João passou a dispor de insígnias emblemáticas com que galardoar soberanos, príncipes e súbditos estrangeiros não-católicos, incluindo os "herejes" ingleses, aos quais não era possível agraciar com as cruzes das antigas Ordens de Cavalaria portuguesas. Destas, apenas o Príncipe da Paz, Manuel Godoy, foi agraciado com a Grã-Cruz de Cristo em 1796 (23 deMarço), Junot recebeu a sua em 1805 (21 de Setembro?), outras duas foram entregues em 1817 ao príncipe de Metternich (7 de Abril) e ao conde d'Eltz (14 de Setembro) e, em 1819, ao arcebispo de Damieta (25 de Janeiro).

Após o regresso a Lisboa e em pleno período constitucional, D. João VI concede em 1822 as insígnias de Grã-Cruz da Ordem da Torre e Espada ao rei de Espanha e a vários infantes seus sobrinhos e netos (31 de Outubro); em 1823, ao rei Jorge IV da Grã-Bretanha; e as da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa à sua filha Maria Francisca de Assis, e a sobrinhos e netos, também em 1822 (31 de Outubro), sendo que todos estes agraciamentos foram devidamente autorizados pelas Cortes (nos diplomas de concessão D. João VI intitula-se rei do Reino Unido, *pela Graça de Deus e da Constituição da Monarquia*).

Em 1823 é a vez das Cortes Gerais aprovarem o projecto de um novo distintivo emblemático, a Ordem de Mérito Constitucional (29 de Março), destinada aos «beneméritos da causa da Constituição, que tiverem defendido com valor e com lealdade os foros de cidadão português, quer seja na paz, quer na guerra», que não teve seguimento, mas que esteve na base ideológica de uma outra ordem, de uma Ordem Nova da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito, renovada, à imagem do duque de Bragança, D. Pedro (1832).

Repostos os direitos da realeza pela revolução transmontana de 1823 e pela Vilafrancada, logo em Novembro D. João VI manda entregar aos seus netos infantes espanhóis um dos mais emblemáticos distintivos da monarquia portuguesa do século XIX, a Grã-Cruz das Duas Ordens Militares de Cristo e de Avis, a que se seguiria, desde 1824, aquela que ainda é hoje a mais importante e representativa insígnia do Estado português, a Grã-Cruz ou Banda da Três Ordens Militares de Cristo, de São Bento de Avis e de Sant'Iago da Espada, concedida ao imperador de todas as Rússias e aos reis da Dinamarca, dos Países Baixos e da Prússia.

Se houve mudança de um antigo para um novo regime, foi com D. João VI que tudo começou, é a ele que Portugal e o Brasil devem a modernidade das suas tradições emblemáticas, de tudo aquilo que hoje achamos normal suceder num Estado moderno.

BIBLIOGRAFIA PRINCIPAL

AMARAL, C. M. Almeida do, *Catálogo Descritivo das Moedas Portuguesas – Museu Numismático Português*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, T. II.

ARAGÃO, A.C. Teixeira de, *Descripção Geral e Histórica das Moedas Cunhadas em Nome dos Reis, Regentes e Governadores de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1877, T. II.

Colecção de D. Luís – Medalhas Portuguesas, catálogo da Fundação da Casa de Bragança, dactilografado, sem data (1977).

LAMAS, Arthur, *Medalhas Portuguesas e Estrangeiras Referentes a Portugal – Memória Histórica e Descritiva*, Lisboa, 1916.

LOPES FERNANDES, Manuel Bernardo, Memória das Medalhas e Condecorações Portuguezas e das Estrangeiras com relação a Portugal, Lisboa, Academia das Ciências, 1861.

PATTERSON, Stephen, Royal Insignia – British and Foreign Orders of Chivalry from the Royal Collection, ed. Merrell Holberton, Londres, 1996.

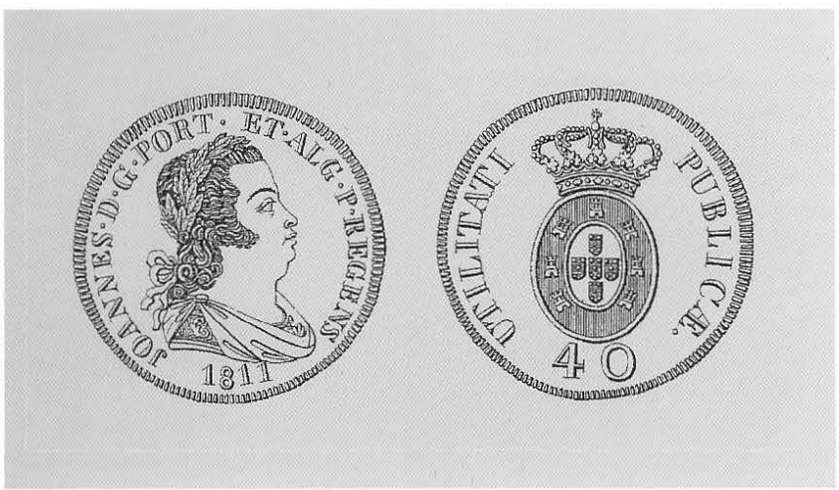
Tesouros Reais, catálogo da exposição, Palácio Nacional da Ajuda, 1991.

WAHLEN, Auguste, *Ordres de Chevalerie et Marques d'Honneur, Librarie Historique – Artistique*, Bruxelas, 1844; com suplemento, 1855.

Numismática – Amoedações da Casa da Moeda de Lisboa

A numária de D. João, Príncipe Regente e Rei, apresenta três distintivos emblemáticos e monetários peculiares que a caracterizam. Nas amoedações de ouro, iniciadas em 1802, o desenho do retrato de busto de D. João é da autoria de Domingos António de Sequeira, tendo sido utilizado exaustivamente em todas as cunhagens das Casas da Moeda de Lisboa e do Rio de Janeiro (nesta última desde 1805, com base nos punções e matrizes abertos em Lisboa) até à morte do soberano, bem como, serviu de modelo às reais efígies das principais condecorações da época e para o busto da insígnia da Ordem da Torre e Espada. O mesmo retrato foi também gravado no anverso de uma das mais famosas moedas desta época, o pataco, criado para rebater a praga do papel-moeda em circulação (apólices do Real Erário) e para facilitar as pequenas transacções. Fabricado com o metal de peças de artilharia antigas, acabaria por resultar numa das mais nefastas amoedações jamais vistas em Portugal, numa outra praga bem mais pesada, tal o volume produzido desta incómoda espécie: 18 milhões, de 1811 a 1826, com um peso de 645 toneladas.O terceiro distintivo numismático deste período ilustra um importante marco da história de Portugal, ficando como perene testemunho da Carta de Lei de 13 de Maio de 1816, que concedeu ao Brasil as suas primeiras Armas (uma Esfera Armilar de Ouro em campo azul) e incorporou num só escudo as armas dos três reinos de Portugal e dos Algarves (o Escudo Real Português) e do Brasil, criando as Armas do Reino Unido de Portugal e do Brasil e Algarves, que as moedas cunhadas desde 1818 continuaram a honrar até à morte de D. João VI.

AMT



I

Peça de Jarra "6 400 réis"
1802 (2 ex.)
Retrato do busto segundo desenho de D.A. de Sequeira; gravuras de Francisco Xavier de Figueiredo.
Reverso com ornatos em forma de asas de jarra
Ouro, ∅ 3,2 cm; pesos 14,34 e 14,33 gr.
Lisboa, MNP, invº n.ºs 5 510 e 10 026

II

Peça "6 400 réis"
1807 (Amoedações desde 1804)
Retrato do busto segundo desenho de D.A. de Sequeira, gravuras de José Gaspard
Ouro, ∅ 3,2 cm; peso 14,56 gr
Lisboa, MNP, invº n.º 14 879

III

Cruzado novo "480 réis"
1807 e 1808
Prata - 1807, ∅ 3, 5 cm; peso 14,41 gr
Prata - 1808, ∅ 3, 5 cm; peso 13,71 gr
Lisboa, MNP, invº n.ºs 14 887 e 14 888

IV

Doze vinténs, "240 réis"
1806 (Amoedações desde 1806)
Prata, ∅ 3 cm; peso 7,10 gr
Lisboa, MNP, invº n.º 5 517

V

Dez réis
1812 (2 ex.) (Amoedações desde 1803)
Cobre, ∅ 3,5 cm; pesos 12,71 e 12,80 gr
Lisboa, MNP, invº n.ºs 5 524 e 14 905

VI e VIA

Pataco "40 réis"
1811 e 1813 (Amoedações desde 1811)
Desenho do anverso de D.A. de Sequeira, gravuras de Cipriano da Silva Moreira
Bronze, 1811: 3,6 cm; peso 39,71 gr,
Bronze, 1813: 3,5 cm; peso 37,00 gr
Lisboa, MNP, invº n.ºs 5 522 e 5 523

VII e VIIA

Peça "6 400 réis"
1820 e 1822 (Amoedações desde 1818)
Retrato do busto segundo desenho de D.A. de Sequeira
Ouro, 1820 : 3,2 cm; peso 13,62 gr,
Ouro, 1822 : 3,2 cm; peso 14,19 gr
Lisboa, MNP, invº n.ºs 23 603 e 5 531

VIII

Meia peça "3 200 réis"
1818
Retrato do busto segundo desenho de D.A. de Sequeira
Ouro, 2,6 cm; peso 7,22 gr
Lisboa, MNP, invº n.º 10 061

IX

Cruzado novo "480 réis"
1818 (2 ex.)
Prata, 3,5 cm; pesos 14,57 e 14,47 gr
Lisboa, MNP, invº n.ºs 10 066 e 14 949

X

Doze vinténs "240 réis"
1822 (Amoedações desde 1818)
Prata, 2,9 cm; peso 7,09 gr
Lisboa, MNP, invº n.º 5 538

XI e XIA

Dez réis
1818 e 1819
Cobre, 1818: 3,5 cm; peso 11,74 gr,
Cobre, 1819: 3,4 cm; peso 11,39 gr
Lisboa, MNP, invº n.ºs 5 544 e 5 545

Medalhística comemorativa

Esta pequena mostra de algumas medalhas cunhadas em homenagem a D. João, príncipe regente e rei, não carece de muitas explicações. Ao contrário do que acontece actualmente, a medalha era então uma peça reservada para ocasiões de grande solenidade, um marco de prestígio e uma oferta prestigiante para os seus encomendadores. Como arte retratista por excelência, nascida em meados de Quatrocentos como forma de expressão plástica independente e, como tal, bem específica da cultura e civilização europeias, a medalha desta época joanina nunca conseguiu atingir um grau de desenvolvimento e perfeição que mereça especial relevo. Antes, revela um estado de decadência em relação às produções setecentistas, sem dúvida fruto da falta de preparação e de conhecimentos artísticos e técnicos da maioria dos gravadores medalhistas nacionais, e dum claro desinteresse pela sua produção e pelo ensino continuado da sua arte, por parte da Casa da Moeda de Lisboa. Como excepções à regra, merecem destaque as excelentes medalhas gravadas pelo flamengo José Gaspard (1727–1812), sucessor de António Mengin (1690 – 1772) como primeiro gravador da Casa da Moeda (1773) e pelo português João de Figueiredo (1725–1809), este último com oficina no Real Arsenal do Exército de Lisboa.

AMT

I

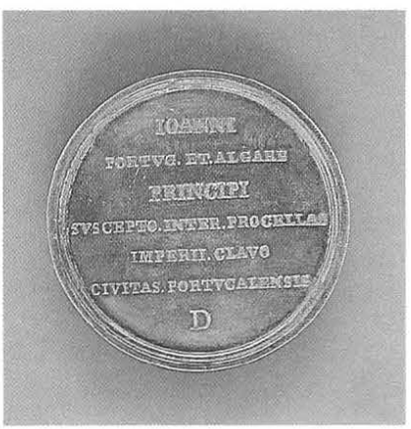
I

Casamento do Infante D. João com D. Carlota Joaquina de Bourbon e da Infanta D. Marianna Victoria com D. Gabriel de Espanha.
José Gaspard, gravador
1785
Casa da Moeda de Lisboa
Encomendada pelo embaixador de Espanha em Portugal
Cobre, 4,2 cm; esp. 0,2 cm; peso 28 gr
Vila Viçosa, FCB, inv° n.° 56 (Colecção de D. Luís I)

II e IIa

Dedicada pelo Senado da Câmara da Cidade do Porto ao Príncipe Regente.
João de Figueiredo, gravador
1799
Arsenal Real do Exército de Lisboa
Prata, 5,6 cm; esp.0,4 cm; peso 65 gr
Cobre, 55 mm; esp.0,4 cm; peso 65 gr
Vila Viçosa, FCB, inv° n.° 59 (Colecção de D. Luís I)

II



IIA

III

Dedicada ao Príncipe Regente D. João.
José António do Valle, gravador
1800
Casa da Moeda de Lisboa
Prata, 3,2 cm; esp.0,2 cm; peso 18 gr
Vila Viçosa, FCB, invº n.º 63 (Colecção de D. Luís I)

III

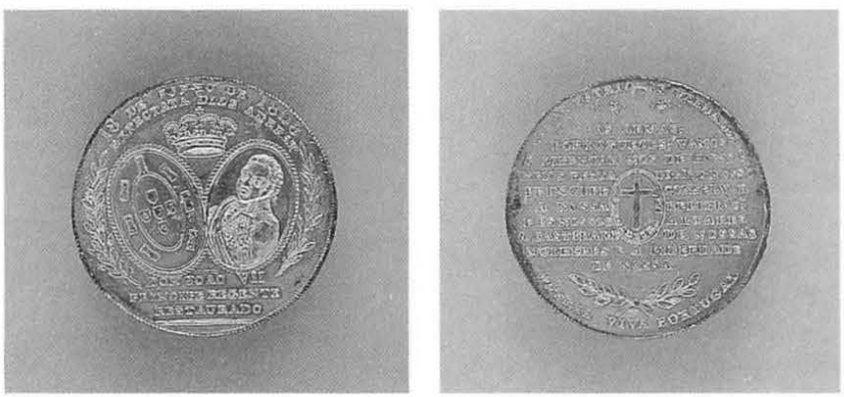
IV

Dedicada ao Príncipe Regente D. João.
H. Vassallo, gravador
1802
Prata, 4,8 cm; esp. 0,4 cm; peso 50 gr
Vila Viçosa, FCB, invº n.º 64 (Colecção de D. Luís I)

IV

V

Restauração do legítimo governo no Porto
1808
Cunhadas na Grã-Bretanha
(Furo de suspensão ao pescoço)
Chumbo, 4,1 cm; esp. 0,2 cm; peso 17 gr
Vila Viçosa, FCB, invº n.º 67 (Colecção de D. Luís I)



V

VI

Aclamação de D. João VI em 1818.
1820
Zephirin Ferrez
Casa da Moeda do Rio de Janeiro
Prata, 50 mm; esp. 0,4 cm; peso 77 gr
Vila Viçosa, FCB, invº n.º 83 (Colecção de D. Luís I)

VI

Ordens Militares, Honoríficas e Condecorações Portuguesas
Insígnias de distinção e de condecoração

Quem veja hoje a Medalha de Valor Militar portuguesa, do modelo criado em 1971 (cruz pátea de contornos rectilíneos, assente numa circular de folhas de louro), estará longe de imaginar, certamente, que o seu desenho foi decalcado da Cruz de condecoração para oficiais que participaram em mais de duas campanhas da Guerra Peninsular. Foi esta a primeira cruz de guerra nacional, a nossa primeira medalha militar, criada em 1816 e regulamentada em 1820, certamente por influência e pressão do exército inglês, habituado que estava, desde há muito, a receber e a ter orgulho em ostentar ao peito as insígnias emblemáticas dos seus heróicos actos de galanteria em combate. (Foram concedidas 1737 destas cruzes, numeradas de 2 a 6, das quais, 210 a oficiais ingleses. Na mesma altura foi instituída a medalha de comando, com insígnias em forma de folhas de oliveira, sendo concedidas 164 medalhas, de 1 a 13 folhas de oliveira, das quais 78 a oficiais ingleses). Foi também com D. João Príncipe Regente que surgiram as primeiras medalhas de distinção militar e civil, para premiar valorosos actos praticados na restauração do legítimo governo de Portugal durante as invasões francesas e, mais tarde, aquando da revolução hoje conhecida como Vilafrancada (1823), mas que na época foi considerada como da restauração dos direitos da Realeza e da Fidelidade ao Rei e à Pátria.

AMT

1

Medalha de distinção da Restauração de Olhão
1808 (Novembro 15)
Concedida aos habitantes de Olhão
Chapa gravada, uniface
Fita azul e branca
Gravação no reverso "Sebastião Drago // V. B. Cabreira"
Ouro, ∅ 2,9 cm; esp. 0,09 cm; peso 10,5 gr
Prata (sem fita), ∅ 29 mm; esp. 0,06 cm; peso 4,6 gr
Prov. Casa de Cadaval
Lisboa, Colecção Particular

II

II

Medalha de distinção do Corpo de Voluntários Académicos de Coimbra
1808 (Julho 22)
(Alistados 778 voluntários)
Arsenal Real do Exército
Gravata de oficial general
Prata dourada com gravados de bordo encordoado
Oval 6×4,9 cm; esp. 0,2 cm; peso 27gr
Prov. Casa de Lafões
Lisboa, Colecção Particular

III

III

Medalha de distinção do Corpo de Eclesiásticos Voluntários Conimbricenses
1808 (Dezembro 27)
Alistados 368 voluntários
Arsenal Real do Exército
Fita verde, fivela de prata com o busto de D. João
(do cunho da Ordem da Torre e Espada)
Prata dourada com gravados
Oval 3,9×3,2 cm; esp. 0,06 cm; peso 16,4 gr
Prov. Casa de Cadaval
Lisboa, Colecção Particular

III

IV

Cruz de condecoração de 6 campanhas da Guerra Peninsular (oficiais superiores)
1816 (Junho 28) 1820 (Março 26)
Arsenal Real do Exército
Fita azul e vermelha, fivela com gravados de âncoras
Prata dourada e esmaltes, ∅ 3,5 cm; esp. 0,06 mm; peso 31,5 gr
Prov. Casa de Cadaval
Lisboa, Colecção Particular

IV

V

Medalha de condecoração de 2 acções em comando da Guerra peninsular (oficiais)
1816 (Junho 28) 1820 (Março 28)
Arsenal Real do Exército
Prata dourada recortada no formato de duas folhas
de oliveira, gravadas NIVELLE e PYRINEOS
Bordo gravado "GEN. SILVEIRA"
Ø 3,2 cm; esp. 0,17 cm; peso 15 gr
Prov. Casa de Cadaval
Lisboa, Colecção Particular

VI

Medalha de distinção da Fidelidade ao Rei e à Pátria (dita da Restauração dos Direitos da Realeza, da Vila-Francada ou da Poeira)
1823 (Junho 24)
Casa da Moeda de Lisboa
(Concedidas 2 602 medalhas de prata dourada - oficiais - e 10 185 medalhas de prata - soldados)
Busto real segundo o modelo de D.A. de Sequeira
Prata dourada, Ø 2,7 cm; esp. 0,2 cm; peso 12 gr
Vila Viçosa, FCB, invº n.º 90 (Colecção de D. Luís I)

VII e VIII

Medalha de distinção à Heróica Fidelidade Transmontana
1823 (Junho 28)
Casa da Moeda de Lisboa
(Concedidas 1 100 medalhas de prata dourada -oficiais -e 3 424 medalhas de prata - soldados)
Busto real segundo o modelo de D. A. de Sequeira
Prata dourada (2 ex.), Ø 3 cm; esp. 0,33 cm, peso 12,5 gr
Lisboa, Colecção Particular
Ø 2,7 cm; esp. 0,2 cm; peso 10 gr
Vila Viçosa, FCB, invº n.º 93 (Colecção de D. Luís I)

VII

VI

VIII

Insígnia da Divisão Realista Transmontana

1823
Gravada no anverso "J.(erónimo) G.(onçalves dos) SANTOS 2.ª COMP. CAVALARIA 12" e, no reverso, 1823
Prata , Bordo encordoado
Oval 5,94×4,8 cm; esp. 0,08 cm; peso 17,9 gr
Prov. Casa de Cadaval
Lisboa, Colecção Particular

VIII

IX

Medalha insígnia das religiosas do Convento das Chagas de Lamego

Fabricante desconhecido
1825 (Setembro 20)
(Concedida a 26 religiosas)
Prata dourada com laço de seda vermelha
∅ 2,1 cm; esp. 0,19 cm; peso 8,9 gr
Lisboa, Colecção Particular

IX

Ordem Militar da Torre e Espada (f. 1808; r. 1832)

Instituída pelo Príncipe Regente D. João no Rio de Janeiro, por Decreto de 13 de Maio de 1808 e criada pela Carta de Lei de 29 de Novembro desse ano, para assinalar a sua chegada ao Brasil e para premiar os serviços distintos do exército inglês nas campanhas da Guerra Peninsular, foi a primeira Ordem de mérito puramente política criada em Portugal. As primeiras nomeações tiveram lugar a 17 de Dezembro de 1808 e, durante a regência e reinado de D. João VI, foram promovidos 45 Grã-Cruzes nacionais e 32 estrangeiros; 97 Comendadores nacionais e 70 estrangeiros. Pelo alvará de 23 de Abril de 1810 foi introduzida a cor de esmalte azul ferrete na bordadura da legenda VALOR E LEALDADE das placas de Comendador e de Grã-Cruz (2.º tipo). Fitas e banda de cor azul ferrete.

AMT

Colar de Cavaleiro
1808-1810
1.º modelo, 1.º tipo
Conforme o padrão original do Arsenal Real do Exército de Lisboa
Prata
(Colar de 20 torres e argolas ovais de ligação)
90 cm; esp. 0,5 cm; peso 152,8 gr
Insígnia da Ordem pendente
Busto segundo o modelo numismático de D. A. de Sequeira
∅ 4,8 cm; esp. 0,25 cm
Prov. Casa de Cadaval
Lisboa, Colecção Particular

Hábito de Cavaleiro
1808-1810
1.º modelo, 1.º tipo
Arsenal Real do Exército de Lisboa
Prata, com fita azul e fivela com gravados
Busto segundo o modelo de D. A. de Sequeira
∅ 4,8 cm; esp. 0,25 cm; peso 35,1 gr
Prov. Casa de Cadaval
Lisboa, Colecção Particular

111

Pendente da banda de Grã-Cruz
1808-1826
1.º modelo, 2.º tipo
Arsenal Real do Exército de Lisboa
Atribuída a 21 de Dezembro de 1808 ao Marquês de Torres Novas e 7.º Conde de Valadares
Prata dourada e esmaltes (posteriores a 1810)
Busto segundo o modelo de D. A. de Sequeira
Ø 7,7 cm; esp. 0,35 cm; peso 53,3 gr
Prov. Casa de Cadaval
Lisboa, Colecção Particular

111

Colar de Grã-Cruz
1808-1826
1.º modelo, 1.º tipo
Arsenal Real do Exército de Lisboa
Atribuído a 17 de Dezembro de 1815 ao General Francisco da Silveira, 1.º Conde de Amarante
Prata dourada
Colar com dez conjuntos de torres, espadas em coroas de louros e argolas ovais de ligação
97 cm; esp. 0,5 cm; peso 171,3 gr
Insígnia da Ordem pendente
Busto recortado e aplicado no centro bojudo
Ø 7,7 cm; esp. 1,7 cm
Prov. Casa de Cadaval
Lisboa, Colecção Particular

V

Placa de D. João Príncipe Regente
1810-1816
1.º modelo, 2.º tipo
Conforme o padrão original do Arsenal Real do Exército de Lisboa
(Oferecida por D. João ao 6.º Duque de Cadaval, D. Nuno, nomeado 1.º Grã-Cruz efectivo a 21 de Dezembro de 1808)
Prata, prata dourada e esmaltes
∅ 10,1 cm; esp. 1,4 cm; peso 78,9 gr
Prov. Casa de Cadaval
Lisboa, Colecção Particular

VI

Pendente da Banda de Grã-Cruz de D.João VI
C. 1823-25
1.º modelo, 3.º tipo
Francisco dos Santos Leite, ourives
Ouro e esmaltes
Estojo original do inventário de 1826
9,4×7 cm; esp. 0,9 cm; peso 82,1 gr
Lisboa, PNA, invº n.º 5188

VII

Placa de Grã-Cruz
C. 1823-25
1.º modelo, 3.º tipo
Fabricante desconhecido
Raios adiamantados com chamas
Legenda na bordadura central com o ano 1808
Prata, ouro e esmaltes
∅ 6,6 cm; esp. 1,1 cm; peso 52 gr
Lisboa, PNA, invº n.º 45343

VII

VIII

Gravata de Comendador de um oficial general inglês
1808-1820
1.º modelo, cunho brasileiro
Casa da Moeda do Rio de Janeiro (?)
(Atribuída ao Major General George Walker, 50th Regt. of Foot a 17 de Dezembro de 1814)
Fita original de seda azul ferrete
Ouro, 5,6 cm; esp. 0,32 cm; peso 83,2 gr
Lisboa, Colecção Particular

VIII

IX

Placa de Grã-Cruz
1808-1809
Fabrico brasileiro (?)
(Atribuída a 21 de Dezembro de 1808 ao 1.º Visconde de Anadia)
Prata e prata dourada
Legenda da bordadura central com o ano 1808
∅ 9,1 cm; peso 89,4 gr
Prov. Casa de Lafões
Lisboa, MM

IX

Real Ordem de Santa Isabel (f. 1804; ext. 1910)

Instituída a 4 de Novembro de 1801 a instância da princesa D. Carlota Joaquina, tendo como patrona a Rainha Santa Isabel, teve os seus estatutos publicados pelo alvará de 24 de Abril de 1804. A admissão na Ordem estava limitada a 26 damas, além das pessoas da família real. A recepção das primeiras Damas teve lugar nos Paços de Queluz a 4 de Julho de 1804. Durante a regência e reinado de D. João VI foram admitidas na Ordem 46 Damas nacionais e 4 Damas estrangeiras. Até à sua extinção foram admitidas, no total, 72 Damas nacionais e 136 Damas estrangeiras. Banda da Ordem de seda cor-de-rosa listada de branco ao centro.

AMT

I

Pendente da banda
1804
Fabricante desconhecido
Arsenal Real do Exército (?)
(Atribuída a 4 de Julho de 1804 à Duquesa de Cadaval, D. Maria Henriqueta, como 2.ª Dama)
Prata com gravados e bordo encordoado
Reverso gravado "Cadaval"
Oval 7,1×6,1 cm; esp. 0,2 cm; peso 40,5 gr
Prov. Casa de Lafões
Lisboa, Colecção Particular

II

Pendente do laço de peito
1804
Fabricante desconhecido
Arsenal Real do Exército (?)
(Atribuída a 4 de Julho de 1804 à Duquesa de Lafões, D. Henriqueta de Lorena e Menezes, como 1.ª Dama)
Prata com gravados e bordadura de esmalte azul
Reverso gravado Duquesa de Lafões 1808 (sic)
Oval 5,2×4,3 cm; esp. 0,1 cm; peso 18 gr
Prov. Casa de Lafões
Lisboa, Colecção Particular

II

Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (f. 1818; ext. 1910)

Instituída por D. João VI no Rio de Janeiro a 6 de Fevereiro de 1818, dia da sua aclamação, em memória e agradecimento pela salvação da monarquia portuguesa e da devoção à Padroeira do Reino de Portugal. Nesse mesmo dia foram declarados os primeiros agraciamentos, apesar dos seus estatutos só terem sido publicados pelo alvará com força de lei de 10 de Setembro de 1819. Durante o reinado de D. João VI apenas foram atribuídas 28 Grã-Cruzes a nacionais e 12 a estrangeiros; 56 Comendas a nacionais e 2 a estrangeiros, de ambos os sexos. Durante a monarquia constitucional passou a constituir a mais divulgada e concedida Ordem de mérito nacional a cidadãos estrangeiros. Fitas e banda de cor azul celeste orlada de branco. Insígnia desenhada por Jean Baptiste Debret.

AMT

Conjunto de Insígnias de D. João VI
1818
1.º tipo

Placa de Grã-Cruz
Fabricante desconhecido
Prata dourada, ouro e esmaltes
8,2×7,1 cm; esp. 1,4 cm; peso 62 gr
Lisboa, PNA, inv.º n.º 53752

Pendente da Banda
Ouro e esmaltes
Estojo original do inventário de 1826
11,3×7,3 cm; esp. 1,9 cm; peso 82 gr
Lisboa, PNA, inv. n.º 5179

Banda das Três Ordens Militares Portuguesas de Cristo, S. Bento de Avis e Sant'Iago da Espada – BTO (f. 1789; ext. 1910; r. 1917)

Com a reforma das insígnias das antigas Ordens Militares, decretada em Junho de 1789 por D. Maria I, passaram os soberanos portugueses a usar de um distintivo das três Ordens reunidas, quando anteriormente só usavam as insígnias da Ordem de Cristo. Foi também criada nessa data a dignidade de Grã-Cruz das Ordens, por promoção dos Comendadores, modernizando-se, assim e à semelhança da prática em vários países europeus, a composição dos diferentes graus das Ordens nacionais. Como distintivo próprio e específico à reforma de 1789, D. Maria I introduziu nas insígnias das três Ordens Militares o sinal emblemático do Sagrado Coração de Jesus, como prova da sua pessoal devoção, que encima os distintivos de cada Ordem. Inicialmente reservada ao soberano, como Grão-Mestre, ao príncipe real, como Comendador-mór e aos infantes que fossem nomeados Grã-Cruzes Claveiro e Alferes das três Ordens Militares, o novo distintivo da Grã-Cruz das Três Ordens Militares de Cristo, de S. Bento de Avis e de Sant'Iago da Espada (ou BTO), começou também a ser concedido, de forma continuada, a Chefes de Estado estrangeiros desde 1824, no reinado de D. João VI, sendo actualmente o distintivo próprio e exclusivo da Chefia do Estado Português. De 1789 a 1796 (Junho 10), as cores da banda tripartida das Três Ordens eram vermelho/verde/vermelho, porque eram essas as cores reunidas das Ordens de Cristo, de Avis e de Sant'Iago, passando desde então a vermelho/verde/violeta, com a mudança da cor da Ordem de Sant`Iago (mais tarde tomaria a forma actual verde/vermelho/violeta). Data também de 1789 a criação da Grã-Cruz das Duas Ordens Militares de Cristo e de S. Bento de Avis (ou BDO – banda vermelho/verde), concedida por direito próprio aos infantes portugueses e também, desde 1823, a príncipes reais e a infantes estrangeiros. A mudança da posição relativa dos distintivos das Ordens de Avis e de Sant'Iago, que já figura nos grandes pendentes rendilhados e coroados das BTO's expostas (mandados fazer em 1812 para o Brasil, na eventualidade do falecimento da Rainha e, um deles, com a coroa imperial, utilizado na coroação de D. João VI), criou uma variante muitíssimo rara, a Banda das Duas Ordens de Cristo e de Sant'Iago da Espada, atribuída em 1825 ao príncipe Maximiliano Maria da Saxónia Real (Março 17), além do infante D. Miguel, que também a usou. Desde a sua criação em 1789 e até 1910, foram concedidas 68 BTO's (se incluirmos uma dada por D. João Príncipe Regente em 1796 a Carlos IV, em Vila Viçosa, de que não existe registo documental, mas que figura bem visível no peito do soberano espanhol no quadro de Goya de 1799-1800, do Museu do Prado), 50 BDO's Cristo/Avis e apenas 2 BDO's Cristo/Sant'Iago.

AMT

I

Placa do Príncipe Regente D. João
1799
Arsenal Real do Exército
Cruz de Avis à esq. em banda
Reverso gravado "Principe Regente // 1799"
Prata, prata dourada e esmaltes
∅ 8,5 cm; esp. 1,3 cm; peso 73,8 gr
Prov. Casa de Lafões
Lisboa, Colecção Particular

II

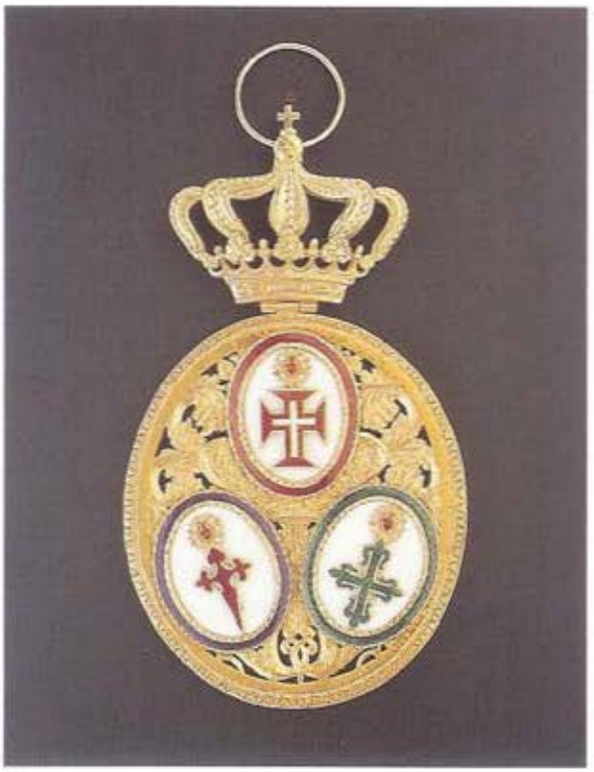
Pendente da banda do Príncipe Regente D. João
1807
Arsenal Real do Exército
Cruz de Avis à esq. em banda
Reverso gravado, monograma PR coroado
Prata dourada e esmaltes
Oval 9,3×7 cm; esp. 1,7 cm; peso 90.9 gr
Prov. Casa de Cadaval
Lisboa, Colecção Particular

II

Conjunto de insígnias de D. João VI
1820
Arsenal Real do Exército
Placa
Cruz de Avis à esq. em banda
Reverso gravado "S. A. R. // O Senhor // D. João VI"
Prata, prata dourada e esmaltes
∅ 10,5 cm; esp. 1,3 cm; peso 90,3 gr
Pendente da banda
Cruz de Avis à esq. em banda
Reverso gravado "1820"
Prata dourada e esmaltes
Oval 14×7 cm; esp. 1,1 cm; peso 81,9 gr
Prov. Casa de Lafões
Lisboa, Colecção Particular

IV

Pendente da banda com coroa real portuguesa
1812
Arsenal Real do Exército (?)
Cruz de Sant'Iago à esq. em banda
Prata dourada e esmaltes. Rendilhada e cinzelada
Oval 13×7,4 cm; esp. 1,2 cm; peso 131,5 gr
Prov. Casa de Lafões
Lisboa, Colecção Particular



IV

V

Pendente da banda com coroa imperial portuguesa
1812
Arsenal Real do Exército (?)
Cruz de Sant'Iago à esq. em banda
Prata dourada e esmaltes, rendilhada e cinzelada
Oval 13,8×7,4 cm; esp. 9 cm; peso 126,3 gr
Prov. Casa de Lafões
Lisboa, Colecção Particular

V

Condecorações Estrangeiras de D. João VI

Está hoje vulgarizada, como norma protocolar, a troca de condecorações entre Chefes de Estado, mas nem sempre foi assim em Portugal. Esta tradição começou precisamente no reinado de D. João VI, em 1824, com a troca de Ordens com o czar Alexandre I da Rússia: a 10 de Fevereiro o monarca português deu a Grã-Cruz da Banda das Três Ordens (BTO) e recebeu a 16 desse mês as insígnias de Grã-Cruz das três Ordens de St. André, de Sta. Ana e de St. Alexandre. Seguiram-se, a 21 de Maio, o rei Frederico VI da Dinamarca (BTO), a 4 de Outubro de 1825 o rei Guilherme I dos Países Baixos (BTO) e, a 17 desse mês, o rei Frederico III da Prússia (BTO). Por estes registos, finalmente encontrados no AN/TT, ficamos também a saber a data aproximada das Ordens estrangeiras recebidas por D. João VI e de que não havia, nem memória anterior, nem insígnias na colecção do Tesouro Real (foram partilhadas em 1826 e couberam ao quinhão de D. Miguel, tendo sido entregues aos seus herdeiros a 24 de Abril de 1942): o pendente da banda da Ordem do Leão de Ouro dos Países Baixos e uma placa da Ordem da Águia Negra da Prússia. Outras insígnias de Ordens estrangeiras de D. João VI perderam-se com a guerra entre os dois irmãos seus filhos: a 14 de Agosto de 1834, ao serem conferidas as pratas e outras preciosidades entregues por D. Miguel I em Évora, verificou-se faltarem, entre outros bens do Tesouro Real, os pendentes das bandas das Ordens da Prússia (Águia Negra), da Dinamarca (Elefante) e da Suécia (desta não existe qualquer registo que diga qual a Ordem recebida, nem sequer a Ordem portuguesa dada em troca por D. João VI, pelo que não pode ser considerada). Durante a sua vida D. João recebeu, como príncipe, regente e rei, as seguintes Ordens estrangeiras, ordenadas por ordem cronológica:

1785 (Maio 3) – Colar do Tosão de Ouro, do ramo espanhol; **1796** (Janeiro 1) – Ordem de Carlos III da Espanha ; **1803** (Setembro?) – Legião de Honra de Napoleão I ; **1816** (Fevereiro 22) – Ordem de Isabel a Católica de Espanha ; **1817** : (Março 3) – Legião de Honra de Luís XVIII ; (Novembro 6) – Ordens de S. Leopoldo da Áustria, de Sto. Estevão da Hungria e de Henrique IV da Áustria (Coroa de Ferro) ; **1823** : (Setembro 23) – Colar da Ordem do Espírito Santo da França ; (Setembro 19) – Ordem da Jarreteira da Grã-Bretanha ; **1824** : (Maio 26) – Ordem de S. Fernando de Espanha ; (Fevereiro 16) – as três Ordens Imperiais da Rússia ; (Julho 27) – Ordem do Elefante da Dinamarca ; **1825** : (Janeiro 13) – Soberana Ordem de Malta ; (Outubro ?) – Ordem do Leão de Ouro dos Países baixos ; (Outubro ?) – Ordem da Águia Negra da Prússia.

AMT

I

Espanha, Ordem de Carlos III (f. 1771; ab. 1807; r. 1814)
1796 (Janeiro 26), Elvas
Placa de Grã-Cruz
Prata e esmaltes
6 cm; esp. 1,1 cm; peso 45 gr
Lisboa, PNA, inv.º n.º 53754

II

Espanha, Ordem de Isabel a Católica (f. 1815)
1816 (Fevereiro 22), Rio de Janeiro
Placa de Grã-Cruz
Ouro e esmaltes
∅ 9 cm; esp. 0,9 cm; peso 72 gr
Lisboa, PNA, inv.º n.º 5186/A

III

IV

III e IIIA

Espanha, Ordem Militar de São Fernando (f. 1815)
1824 (Maio 26), Palácio da Ajuda
Placa de Grã-Cruz
Ouro e esmaltes
∅ 6,8 cm; esp. 1,2 cm; peso 46 gr
Pendente de Grã-Cruz
Ouro e esmaltes
6,8 × 11,4 cm; esp. 1,1 cm; peso 82 gr
Lisboa, PNA, inv.º n.º 45346 e 5192

IV e IVA

França, Legião de Honra (f. 1802; r. 1814 e 1830)
1803 (Setembro ?)
Palácio da Ajuda
Napoleão I
(1.º modelo, 1.º tipo – sem coroa: 1802-1806)

Placa de Grã-Cruz
Ouro e esmaltes
∅ 6,99 cm
Lisboa, PNA, inv.º n.º 5171

Pendente da Banda
Ouro e esmaltes
Lisboa, PNA, inv.º n.º 5174

V e Va

França, Ordem do Espírito Santo (f. 1578; s. 1791; r. 1814; ext. 1830)
1823 (Setembro 23),
Palácio da Ajuda
Insígnia (2 ex.)
Ouro e esmaltes
∅ 5,7 cm; esp.0,7 cm; peso 58 gr
∅ 5,8 cm; esp. 0,8 mm; peso 60 gr
Lisboa, PNA, invº n.ºs 5176 e 53753

VI

VI

Grã-Bretanha, Ordem da Jarreteira (f. 1348)
1823 (Setembro 19)
Palácio da Ajuda
Liga da Ordem
Ouro, veludo e canutilho
61×2,4 cm
Contrastes ingleses de 22k e J. J. E. (1821-22)
Lisboa, PNA, invº n.º 4869